

# SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: CONQUISTAS E CONTRADIÇÕES

João Edmilson Fabrini<sup>1</sup>

Rosemeire Aparecida de Almeida<sup>2</sup>

**RESUMO:** A soberania alimentar impulsionada, sobretudo, pela ação dos movimentos camponeses, está relacionada à autossuficiência da nação na produção de alimentos, ou seja, soberano é o país capaz de produzir alimentos suficientes para atender à demanda existente no seu território. Nesse contexto, ganha impulso na sociedade o pensamento agroecológico como elemento fundante da soberania alimentar, vinculado, inclusive, à realização da reforma agrária que também se reveste de um sentido nacional, pois se constitui, no entendimento dos movimentos camponeses, como parte de um projeto de desenvolvimento da nação. Portanto, o objetivo deste texto é demonstrar que os camponeses são capazes de garantir a soberania alimentar da nação, evidenciando o relevante papel da produção agroecológica, e a partir deste pressuposto pensar limites e contradições desta relação entre trabalho e natureza. Ou seja, embora os temas da soberania alimentar e da agroecologia estejam legitimados política, social e ambientalmente, considerando a práxis e, sobretudo, as conquistas alcançadas, ambos possuem limites e contradições. Do ponto de vista metodológico, o artigo pautou-se num conjunto de referenciais bibliográficos e documentais. Em síntese, se traz o apontamento de que, por um lado, o avanço técnico na agroecologia pode responder a demanda nacional de soberania alimentar, inclusive, produzindo safras recordes para atender a voracidade consumista, por outro, contraditoriamente, pode gerar nova “ruptura metabólica” - se não observado os limites, na esteira da experimentada na relação capitalista entre sociedade e natureza, a conhecida crise entre a humanidade e a Terra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos camponeses; Reforma Agrária; Produção de Alimentos

## FOOD SOVEREIGNTY AND AGROECOLOGY: ACHIEVEMENTS AND CONTRADICTIONS

**ABSTRACT:** Food sovereignty, driven primarily by the actions of peasant movements, is related to a nation's self-sufficiency in food production; that is, a sovereign country is one capable of producing enough food to meet the existing demand within its territory. In this

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia. Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: joaofabrini@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9562-0226>.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). Bolsista PQ - Fundect TO 167/2024. E-mail: rosemeire.almeida@ufms.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2152-6218>.

context, agroecological thinking gains momentum in society as a fundamental element of food sovereignty, linked, among other things, to the implementation of agrarian reform, which also takes on a national significance, as it constitutes, in the understanding of peasant movements, part of a national development project. Therefore, the objective of this text is to demonstrate that peasants are capacity for guaranteeing the nation's food sovereignty, highlighting the relevant role of agroecological production, and from this premise, to consider the limits and contradictions of this relationship between labor and nature. In other words, although the themes of food sovereignty and agroecology are politically, socially, and environmentally legitimized, considering praxis and, above all, the achievements attained, both have limits and contradictions. From a methodological point of view, the article is based on a set of bibliographic and documentary references. In summary, it is pointed out that, on the one hand, technical advances in agroecology can meet the national demand for food sovereignty, including producing record harvests to satisfy consumerist voracity; on the other hand, contradictorily, it can generate a new "metabolic rupture"—if limits are not observed—following the example of the crisis experienced in the capitalist relationship between society and nature, the well-known crisis between humanity and the Earth.

**KEYWORDS:** Peasant movements; Agrarian Reform; Food Production

## **SOUVERAINETÉ ALIMENTAIRE ET AGROÉCOLOGIE: RÉALISATIONS ET CONTRADICTIONS**

41

**RÉSUMÉ:** La souveraineté alimentaire, portée principalement par l'action des mouvements paysans, est liée à l'autosuffisance alimentaire d'une nation; autrement dit, un pays souverain est un pays capable de produire suffisamment de nourriture pour satisfaire la demande sur son territoire. Dans ce contexte, la pensée agroécologique prend de l'ampleur au sein de la société comme élément fondamental de la souveraineté alimentaire, liée notamment à la mise en œuvre de la réforme agraire. Cette dernière revêt également une importance nationale, puisqu'elle constitue, pour les mouvements paysans, une composante d'un projet de développement national. L'objectif de ce texte est donc de démontrer que les paysans sont capables de garantir la souveraineté alimentaire de la nation, en soulignant le rôle essentiel de la production agroécologique, et, à partir de ce constat, d'examiner les limites et les contradictions de cette relation entre travail et nature. En d'autres termes, bien que les thèmes de la souveraineté alimentaire et de l'agroécologie soient politiquement, socialement et environnementalement légitimés, leur mise en pratique et, surtout, les résultats obtenus révèlent des limites et des contradictions. Sur le plan méthodologique, cet article s'appuie sur un ensemble de références bibliographiques et documentaires. En résumé, il est souligné que, d'une part, les progrès techniques en agroécologie peuvent répondre à la demande nationale de souveraineté alimentaire, notamment en produisant des récoltes record pour satisfaire la voracité consumériste ; d'autre part, et de manière contradictoire, ils peuvent engendrer une nouvelle « rupture métabolique » — si des limites ne sont pas respectées

— à l'instar de la crise vécue dans la relation capitaliste entre la société et la nature, la crise bien connue entre l'humanité et la Terre.

**MOTS-CLÉS:** Mouvements paysans; Réforme agraire; Production alimentaire

## INTRODUÇÃO

A soberania alimentar defendida pelos movimentos camponeses está relacionada à autossuficiência de um país na produção de alimentos, ou seja, soberano será o país capaz de produzir alimentos suficientes para atender à demanda existente no seu território. A soberania alimentar será possível se a produção de alimentos estiver sob responsabilidade dos camponeses, pois são mais eficientes na produção de alimentos para a nação do que o agronegócio latifundiário. Aliás, a capacidade de produção de alimentos à nação confere *status* de existência e lugar social aos camponeses. Os pequenos estabelecimentos agropecuários de até quatro módulos fiscais produzem 70% da comida brasileira, sendo que alguns itens básicos da alimentação chegam a 87% (mandioca), 70% (feijão) e 100% hortaliças (Brasil, 2010).

42

O pressuposto de que a soberania alimentar de uma nação está relacionada à existência dos camponeses, indica que a realização da reforma agrária também se encontra articulada a soberania alimentar por ser esta uma via de recriação do campesinato. Assim, a luta dos movimentos camponeses pela reforma agrária também se reveste de um sentido nacional, uma vez que a sua realização, além de atender à demanda dos camponeses por terra, serve a toda a sociedade como forma de se produzir alimentos. Todavia, nos países capitalistas, a reforma agrária se constituiu numa política mais ampla do que o projeto dos camponeses, ou seja, ela é parte de um projeto de desenvolvimento nacional.

Na concepção, principalmente dos movimentos camponeses, a agroecologia, cujo princípio fundante é a sustentabilidade da agricultura, está relacionada ao projeto de soberania alimentar, logo a premissa básica é que a agroecologia é capaz de produzir alimentos e abastecer a demanda nacional. Em

contraponto à concepção clássica da economia política, sobretudo a crítica da economia política, que inaugurou a centralidade do trabalho na existência do valor, a agroecologia promove a força da natureza (não só a força de trabalho) para agregar valor aos produtos.

O pressuposto da força da natureza como elemento fundante não desconsidera a agroecologia como um conjunto de conhecimentos, saberes e práticas historicamente construídos pelo trabalho humano, uma vez que o objetivo é justamente evidenciar a contradição entre o avanço técnico na agroecologia que permite safras recordes, como tem sido o arroz orgânico do MST, e a armadilha consumista. Contradição que se não observada pode produzir na agroecologia uma nova “ruptura metabólica” (Foster, 2011) na mesma ordem da vivida na relação capitalista entre sociedade e natureza, a conhecida crise entre a humanidade e a Terra. Isto significa dizer que o avanço do conhecimento agroecológico deve se apoiar na força da natureza como limite sinérgico da relação sustentável sociedade e natureza

43

Na concepção agroecológica, o trabalho familiar dos camponeses é importante para mover a economia doméstica, mas é a natureza quem detém as condições de agregar valor aos produtos. Considerando que para a agroecologia não é somente o trabalho que importa, mas, sobretudo, a força da natureza, é possível afirmar, parafraseando William Petty, que o trabalho é o pai, mas a natureza (terra) é a mãe.

É, portanto, a partir desta linha de pensamento que se inaugura um questionamento central a ideia de soberania alimentar e agroecologia, qual seja, é possível uma “produção agroecológica” a partir da força da natureza atender a demanda e a voracidade consumista do mercado nacional?

Portanto, o objetivo deste texto é demonstrar que a agricultura camponesa, na concepção dos movimentos camponeses, é capaz de garantir a soberania alimentar da nação, evidenciando o relevante papel da “produção agroecológica”.

Observada a importância do trabalho familiar na agroecologia, verifica-se também a relevância da natureza como centralidade para a produção sustentável. É, portanto, nesta direção que são destacadas as conquistas e contradições da relação entre soberania alimentar e agroecologia.

O texto ainda está organizado em três itens, sendo que o primeiro estabelece a relação da soberania alimentar e os movimentos sociais; o segundo trata da modernização da agricultura e a emergência da agroecologia; o terceiro aborda sobre o papel central do trabalho e da natureza na agroecologia. Do ponto de vista metodológico, o artigo pautou-se num conjunto de referenciais bibliográficos e documentais que forneceram dados e informações, bem como nas pesquisas desenvolvidas pelos autores. A articulação das reflexões permitiu a fundamentação teórica para abordar as conquistas e contradições da agroecologia e da soberania alimentar.

#### SOBERANIA ALIMENTAR E OS MOVIMENTOS CAMPONESES

Os movimentos camponeses, sobretudo, aqueles mais organizados, têm desenvolvido um conjunto de lutas e ações relacionadas ao ideário de soberania alimentar. O sentido nacional das ações dos movimentos pode ser verificado na luta pela reforma agrária; contra desnacionalização de terras, pela agroecologia, bem como nas palavras de ordem, hinos, documentos, eventos, dentre outros.

Importante registrar que nem todos os movimentos camponeses têm essa preocupação com a pátria e a nação; estas são questões que, no passado e ainda hoje, em alguns aspectos, estão mais próximas dos interesses capitalistas que desde os primórdios necessitam da constituição de nações para sua expansão. No Brasil, a preocupação dos camponeses esteve mais voltada com a reprodução social da família e a manutenção do seu mundo comunitário.

As guerras camponesas, a exemplo de Canudos no século XIX que, inclusive, sofreu repressão nacional - o que deflagrou seu caráter político, não se

constituíram necessariamente como movimentos revolucionários, posto que, embora a conflitualidade tenha extrapolado o mundo camponês, o cerne da luta era contra a ruptura do modo de vida ou a iminência e, portanto, pela permanência da condição de classe camponesa. (Martins, 1981).

A classe trabalhadora também não se preocupou muito com pátria e nação a ponto de esboçar uma visão internacionalista a exemplo do que é revelado no hino “A Internacional” ou, então, com a formação das “Internacionais Socialistas” etc. No Brasil, foi o MST quem trouxe o pensamento de pátria e nação com maior força para construir o território livre camponês a partir do ideário das revoluções socialistas, sobretudo, a cubana.

A preocupação do MST com a soberania nacional e a pátria pode ser verificada nas palavras de ordem, hinos e eventos, por exemplo. Vejamos como a letra do hino do MST elucida essa preocupação, indicando a necessidade de construção de uma pátria livre edificada pelo punho erguido do poder popular operário e camponês.

Vem, lutemos, punho erguido/Nossa força nos leva a edificar/Nossa Pátria livre e forte/Construída pelo poder popular/Nossa força resgatada pela chama/da esperança no triunfo que virá/forjaremos desta luta com certeza/pátria livre operária camponesa/nossa estrela enfim triunfará! (Bogo, Oliveira, 1996, p. 10).

Palavras de ordem do MST também são ilustrativas dessa preocupação. A palavra de ordem “pátria livre: venceremos”, bem como “Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”, foi definida no V Congresso do Movimento, realizado em junho de 2007, e indicam a centralidade da pátria e da soberania nacional. Os versos da canção “Ordem e Progresso”, de Zé Pinto, também fazem parte desta preocupação com a nação, senão vejamos: “este é o nosso país, essa é a nossa bandeira, é por amor a esta pátria-Brasil, que a gente segue em fileira”.

É possível depreender das ações do Movimento dos Sem-Terra, que é um movimento Camponês, que a ausência de um projeto estratégico de

desenvolvimento nacional pode implicar em dependência externa. Embora haja algumas diferenças na compreensão dos movimentos, de forma geral a soberania nacional está em sintonia com a soberania popular, pois uma fortalece a outra, ao contrário, por exemplo, da ideia de soberania divulgada nos discursos nacionalistas da ditadura militar nos anos 1960, que na prática servia para esconder os vários acordos militares com os Estados Unidos firmados para legalizar o "saque" de riquezas minerais na Amazônia, como evidenciou Oliveira (1991).

Na concepção dos movimentos camponeses, soberania é garantir o domínio do povo sobre o território, riquezas naturais, biodiversidade, água e sementes, e principalmente alimentos.

Precisamos de políticas e práticas dos governantes que garantam a plena soberania de nosso povo, sobre nosso território, nossas riquezas naturais, minerais, nossa biodiversidade, a água e as sementes. O Estado deve ter o controle com a participação da sociedade e dos trabalhadores, e das empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional que já existem, e criar as que forem necessárias para gerir as riquezas. E instalar uma auditoria da dívida externa e examinar todos os contratos, para controlar a transferência de riquezas para o exterior, a título de juros e amortização de dívidas e de contratos não transparentes ou ilegais e imorais. (MST, 2009, p. 1).

O VI Congresso Nacional do MST, realizado em 2014, enfatizou a necessidade de integração e ações conjuntas entre as nações para alcançar a autonomia e soberania territorial. Em contraponto à hegemonia internacional dos Estados Unidos (EUA), o Movimento apoiou iniciativas de construção de um mundo multipolarizado com o fortalecimento de países como a China, Rússia, bem como a formação de blocos de países como a Aliança Bolivariana das Américas (ALBA).

Outra preocupação dos movimentos camponeses, principalmente do MST, relacionada à soberania nacional, é a desnacionalização da terra, ou seja, a aquisição de terras por proprietários e empresas estrangeiras, facilitada por

medidas recentes de liberalização da economia a partir da década de 1990. Visualizam com a desnacionalização das terras consequências negativas para os camponeses, pois a apropriação de terras nacionais por estrangeiros geralmente é acompanhada pela (re)concentração de capitais. Assim, é possível depreender que a terra apropriada por proprietários nacionais apresentaria menor ameaça a construção de um projeto nacional de soberania alimentar e, portanto, seria mais benéfica para os camponeses, não porque os latifundiários brasileiros sejam menos vorazes. Ao contrário, o motivo reside no fato de que uma aliança com a burguesia mundial fortalece sobremaneira o rentismo no campo brasileiro.

A preocupação dos movimentos camponeses com a nação pode ser verificada também na defesa e na luta pela reforma agrária e a soberania alimentar, principalmente. Articuladas uma à outra, a soberania alimentar e a reforma agrária estão intrinsecamente vinculadas a um projeto nacional. Os movimentos, a exemplo do MST, entendem que a reforma agrária é imprescindível para o desenvolvimento nacional, o que permite compreender que o status e o lugar social dos camponeses residem na sua capacidade de produzir alimentos para a população brasileira. (MST, 2009).

A luta dos movimentos camponeses pela reforma agrária no Brasil, se comparada à luta pela terra, é uma reivindicação relativamente recente, pois emergiu como maior força a partir da década de 1950 com a atuação das Ligas Camponesas, no Nordeste. A luta dos camponeses pela reforma agrária é mais ampla do que a luta pela terra, uma vez que a sua realização está colocada pelos movimentos como uma necessidade para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e não somente uma necessidade de justiça social com os despossuídos da terra. (Fabrini, 2018).

Segundo MST (2009), a palavra de ordem “reforma agrária: uma luta de todos”, indica que todos os brasileiros, e não somente os sem-terra, se beneficiarão com a realização da reforma agrária. Nesta linha de pensamento, é

essencial estabelecer relação entre soberania alimentar e a terra como território, elemento fundante do que se entende como nacional. Logo, reforma agrária e soberania alimentar deveriam ser políticas de Estado, sendo sua efetividade a razão de subsídios públicos.

Como parte do ideário de nação, a terra-território<sup>3</sup> deve produzir comida para o povo do seu país, ou seja, quando a terra-território produz soja para o Japão, celulose para a China, nega-se o seu caráter nacional em prol do mercado mundializado, onde o Estado perde o controle sobre a terra-território mesmo sem estrangeirização. A justificativa para a realização da reforma agrária com subsídio à produção agroecológica, visando soberania alimentar, deve partir dessa visão da terra-território como elemento que dá sentido ao projeto de nação (MST, 2009).

A reforma agrária foi entendida pelos movimentos camponeses como parte da construção de uma nação que prima por distribuição de renda, nesta lógica o desenvolvimento nacional é tributário do acesso à terra por parte dos camponeses como forma de distribuir riqueza a essa classe, a única capaz de produzir alimentos para atender à demanda nacional e garantir soberania alimentar. O projeto nacional implícito na reforma agrária está na capacidade e na eficiência dos camponeses de produzir alimentos e matérias-primas, necessárias para alavancar o desenvolvimento da nação. A realização da reforma agrária se justifica como parte de um projeto de desenvolvimento nacional e não somente como parte de um projeto camponês ou para resolver conflitos agrários. Neste sentido, a nação precisa da reforma agrária.

A eficiência produtiva dos pequenos agricultores, necessária para o desenvolvimento do Brasil, pode ser verificada nos dados da área cultivada e financiamentos para investimento e custeio de lavouras. Os pequenos agricultores, dispendo de apenas 23% da área total de terras do País são

---

<sup>3</sup> Para pensar o conceito terra-território para além da escala dos interesses nacionais, indicamos o trabalho de Paulino, Almeida (2010). Nesta obra, as autoras tratam terra-território como expressão da disputa de classe do campesinato no capitalismo.

responsáveis, segundo o IBGE (2017), por 48% do valor da produção de café e banana e 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão, para ficar em alguns exemplos. Segundo a Contag (2022) com 23% das terras, os 3,9 milhões estabelecimentos da pequena agricultura geram 10,1 milhões de ocupações no campo (67% das ocupações) e respondem por 23% do valor bruto da produção agropecuária brasileira.

Nesse contexto, o lugar social e o *status* de existência da agricultura camponesa estarão garantidos pela eficiência, em que pouca terra disponível se converte em capacidade de produzir alimentos e matérias-primas para atender à demanda nacional. O lugar social dos camponeses se firma, nessa perspectiva, a partir de uma pauta econômica e não somente pela pauta política (luta e resistência) e social (justiça fundiária). Nesse sentido, a dimensão econômica espelhada na capacidade produtiva da agricultura camponesa, ou seja, uma pauta “desenvolvimentista”, se fortaleceu no discurso dos movimentos camponeses de luta pela reforma agrária, em especial com o surgimento do MST nos anos de 1980.

Apesar desta capacidade de produção e eficiência produtiva da pequena agricultura ser amplamente divulgada, ainda existem muitos segmentos sociais, inclusive intelectuais, que visualizam no agronegócio a garantia de produção de alimentos para o País e, conseqüentemente, soberania alimentar. A suposta produção do agronegócio justificaria, na concepção desses autores, a não realização da reforma agrária com distribuição de terras aos camponeses. Esses segmentos entendem que o fato de o Brasil ter passado, na década de 1960, de importador de alimentos para exportador nos anos 2010, atesta a capacidade do agronegócio de produzir alimentos, contribuindo para a pauta de exportação e o equilíbrio das contas externas e da balança comercial (Navarro, 2014).

Porém, para os movimentos camponeses e autores como Oliveira (2007), o agronegócio não é capaz de garantir a produção de alimentos e soberania

alimentar nacional, pois sua principal preocupação é o lucro, a produção de mercadorias que possibilita renda e lucro altos. A maior parte do que o agronegócio produz é para exportação e não, necessariamente, para o mercado interno, condição que deixa a nação vulnerável.

Portanto, entendemos que a ideia de soberania alimentar defendida pelos movimentos camponeses, particularmente o MST, se constitui num projeto que apresenta uma conotação nacional, porque a nação soberana será aquela capaz de produzir alimentos para atender às necessidades do seu povo. Ou seja, para uma nação ser soberana é necessário auto abastecimento nacional de alimentos, dentre outros requisitos. Todavia, é importante considerar que a produção nacional de alimentos é entendida como premissa, ponto de partida. Ou seja, não estamos com isso desconsiderando a importância do controle do movimento completo do alimento, qual seja, produção/circulação/consumo como pressuposto efetivo da soberania alimentar.

A Via Campesina, a partir de conferência realizada em Tlaxcala, no México, em abril de 1996, definiu soberania alimentar como o direito de cada nação manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos em bases camponesas, respeitando a diversidade cultural e os métodos de produção. (Via Campesina, 2026). Além da Via Campesina, outros movimentos também compartilham dessa compreensão e defendem a soberania alimentar, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Camponês Popular (MCP), Associação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), MST, quilombolas, dentre outros, bem como sindicatos, partidos políticos, estudiosos, fóruns de entidades etc. Acrescenta-se à compreensão da soberania alimentar como uma preocupação nacional movimentos “internacionalizados”, a exemplo da Coordenadoria Latino-americana das Organizações do Campo (CLOC), a Marcha Mundial das Mulheres, entre outros.

Embora os movimentos camponeses depositem sentido nacional na soberania alimentar, ela não está limitada à capacidade de produção de alimentos pelos camponeses de um país, mas também ao poder aquisitivo do seu povo. Assim, soberania alimentar implica a existência de condições para aquisição de alimentos produzidos pelos camponeses, pois, além da produção, essa soberania depende da capacidade de aquisição da população nacional, ou seja, depende da força do mercado de consumo nacional. A soberania depende também da capacidade do Estado para subsidiar este consumo. Outro ponto essencial - embora não seja objetivo deste texto aprofundar o debate das escalas de circulação do alimento, diz respeito à atuação dos setores atravessadores cuja prioridade não é a alimentação popular, mas o alimento como mercadoria/lucro. Neste sentido, destacamos a pesquisa de Valério (2019) sobre a expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo e a relação com a redução da produção de hortifrúti, resultando em crise de soberania alimentar refletida no aumento das distâncias percorridas pelos alimentos. Isto é, afastamento cada vez maior entre produção e consumo.

Afora as condições necessárias para aquisição de alimentos produzidos nacionalmente, a soberania alimentar está relacionada às causas físicas, econômicas e sociais do território nacional. As distâncias de centro de consumo e comércio, capacidade de armazenagem, via de transporte, dentre outras condições de infraestrutura, podem implicar dificuldade ou facilidade de acesso da população nacional aos alimentos produzidos pelos camponeses. Portanto, paradoxalmente, soberania alimentar não se constrói à parte do mercado de consumo nacional.

Desse modo, soberania alimentar não está relacionada exclusivamente à produção camponesa, embora ela constitua seu pilar fundante. As decisões políticas e econômicas tomadas na esfera governamental relativas ao comércio internacional, como os acordos entre nações celebrados na Organização Mundial

do Comércio (OMC), por exemplo, podem restringir ou ampliar a entrada de produtos agrícolas internacionais, desdobrando-se em impactos na produção camponesa de alimentos. As subvenções e os subsídios nacionais à produção alimentar, bem como medidas protecionistas e estabelecimento de barreiras alfandegárias, estão diretamente relacionados à soberania alimentar, pois a produção camponesa não é algo à parte do contexto macroeconômico capitalista nacional e internacional. Enfim, soberania nacional alimentar depende também de decisões políticas e econômicas estruturais e não somente dos camponeses.

Todavia, esse conjunto de elementos necessários para a soberania alimentar da nação, que vão além da terra aos camponeses e reforma agrária, nem sempre são reconhecidos pelos movimentos camponeses. Os movimentos camponeses como o MPA (2013), embora enfatizem a dimensão nacional como meta a ser alcançada pela produção, não fazem vinculação da soberania alimentar à estrutura econômica da nação, como se fosse possível alcançar essa soberania apenas a partir do aumento da produção camponesa.

No caso da produção camponesa, pilar da soberania alimentar e agroecologia, a sua interpretação precisa ser feita considerando esse processo geral de produção de mercadoria e não como produção exclusiva dentro do lote direcionada a uma transição agroecológica singular, como se fosse produção autônoma desse processo geral. Para isso, é preciso considerar as quatro relações econômicas fundamentais estabelecidas por Marx (2011), na Crítica da Economia Política, especialmente nos Manuscritos Econômicos de 1857-1858, sobre a unidade entre “produção, distribuição, circulação e consumo”, observando-se que a produção, inclusive a não mercadológica, é o bastão condutor das relações sociais, ou seja, das relações sociais de produção.

A compreensão de “produção, circulação, distribuição e consumo” é necessária para superar a visão reducionista, inclusive de alguns movimentos camponeses, de que basta o camponês ter terra e instrumentos de produção que

estaria garantida a soberania alimentar, como se fosse possível compreender o camponês e a soberania em torno de si mesmos.

Logo, a crítica radical precisa considerar estas relações sociais, ou seja, a relação dúplice entre a produção de *commodities* no Brasil em detrimento do plantio de arroz e feijão para a soberania alimentar, e as mudanças no consumo. Não por menos que, recentemente, Graziano (2025) exibiu dados sobre a diminuição crescente das taxas de consumo de arroz e feijão por parte da classe trabalhadora em favor das comidas industrializadas<sup>4</sup>.

É nesse sentido que o conceito de soberania/agroecologia não deverá ser feito fora da crítica da economia política, uma vez que a produção é o ponto de partida, o que exige considerar também o meio-termo da distribuição e circulação, e o ponto final, que é o consumo, para atingir a soberania alimentar. Senão, vejamos:

Mas não é somente o objeto que a produção cria para o consumo. Ela também dá ao consumo sua determinabilidade, seu caráter, seu fim. Assim como o consumo deu ao produto seu fim como produto, a produção dá o fim do consumo. Primeiro, o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado que deve ser consumido de um modo determinado, por sua vez mediado pela própria produção. Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores. 3) A produção não apenas fornece à necessidade um material, mas também uma necessidade ao material. (Marx, 2011, p.41)

Nesse contexto de observância das relações sociais de produção é que faz sentido reforçar a premissa de que alimentar a população é função do Estado, e

---

<sup>4</sup> Segundo Xico Graziano, um ideólogo do agronegócio no Brasil, a população tem consumido cada vez menos arroz e feijão em vista das mudanças alimentares da sociedade brasileira que passou a consumir mais alimentos derivados de soja. Segundo o autor, “o consumo anual médio de feijão, por habitante, declinou nos últimos 40 anos, de 25 kg para 14 kg; no arroz, esse consumo per capita caiu de 52 kg para 34 kg” (Graziano, 2025, p.1).

muitos governos estão incorporando aos seus projetos esta preocupação com a alimentação da nação. Todavia, na esfera governamental, e das políticas públicas, essa preocupação com a produção de alimentos se expressa na concepção de segurança alimentar e nutricional cuja centralidade é a garantia de acesso aos alimentos sem interferência na forma de produção e de consumo, logo não possui o conteúdo político de classe da soberania alimentar defendida pelos movimentos camponeses.

A preocupação dos governos com a segurança alimentar e nutricional é estimulada principalmente pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), uma organização da Organização das Nações Unidas (ONU), dedicada à alimentação e à agricultura. Em 1996, a FAO elaborou plano para combater a fome no mundo na Cúpula Mundial da Alimentação, considerando que segurança alimentar e nutricional implica a garantia de alimentos básicos de modo permanente para a existência digna e integral da pessoa humana. (FAO, 2026).

Assim, temos a soberania alimentar dos movimentos camponeses que pressupõe a existência autônoma dos sujeitos, ou seja, a conquista de território livre e autônomo a partir da sua capacidade de produzir alimentos e, de outro lado, a soberania alimentar da nação em que a autonomia camponesa será alcançada a partir do atendimento dos interesses da nação e do mercado nacional. Nesse caso, parece haver um conflito na base do conceito, cuja resolução aponta a necessidade de se pensar a produção camponesa de alimentos e a agroecologia para atender às classes populares e aos próprios camponeses e não, necessariamente, aos interesses do mercado nacional.

## MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AGROECOLOGIA

A modernização da agricultura no Brasil a partir da década de 1960, sobretudo, operacionalizada por intervenções técnicas e científicas, promoveu um conjunto de mudanças produtivas, sociais, políticas etc. A intensificação do

fornecimento de matérias-primas às indústrias e a introdução de conhecimentos e insumos industriais, tais como sementes, mudas, fertilizantes, agrotóxicos, dentre outros, foi compreendida por alguns autores, tal como Silva (1996), como industrialização da agricultura. Conforme o autor, as transformações no padrão agrário e agrícola da agricultura brasileira levaram à passagem do “complexo rural” para o “complexo agroindustrial”, a partir do qual não foi mais possível compreender a agricultura como um setor autônomo da economia.

A passagem do “complexo rural” para o “complexo agroindustrial”, de acordo com Silva (1996), esteve aliada à implantação de uma racionalidade empresarial na produção agrícola, mesmo entre os pequenos agricultores, representada por uma “agricultura contratual” e integrada à indústria, com o surgimento de um agricultor profissional e especializado. Emergiram nesse contexto a agricultura de tempo parcial, atividades não-agrícolas e a pluriatividade, expressas na concepção de Novo Rural. Houve também a diminuição da população economicamente ativa em atividades rurais.

Analisada nessa perspectiva ocorreu a imposição da indústria e da técnica sobre a agricultura. Essa imposição visou à dominação da natureza, que foi vista desde o passado distante, no contexto do iluminismo, como um bem inesgotável a ser usado e dominado pelo ser humano. No arcabouço moderno e iluminista, o homem foi entendido como um ser dotado de faculdades racionais, predestinado a dominar a natureza e colocá-la a seu serviço. Assim, quanto mais o ser humano se distanciava da natureza e dos institutos animais, mais humano ele se tornaria. Nessa visão antropocêntrica radical, a concepção sistêmica entendeu o conhecimento como somatória de muitas partes articuladas entre si, o que não permitiu ver o sentido dialético, interdependente e contraditório da relação entre sociedade e natureza.

Segundo Santos (1998), a dominação da natureza pela técnica com o uso intensivo de insumos modernos, como sementes selecionadas cientificamente,

maquinários, combustíveis, agrotóxicos, irrigação, dentre outros, como destacado anteriormente, foi justificada por uma causa nobre: o aumento da produtividade agrícola para alimentar as pessoas e erradicar a fome no mundo.

Inicialmente, foram implantadas a motomecanização agrícola por meio do uso de tratores, colheitadeiras, máquinas, arados, grades, irrigação, pulverizadores, aviões etc e, posteriormente, as biotecnologias, como inseticidas, herbicidas, antibióticos, micronutrientes, plásticos, plantas e sementes “melhoradas” geneticamente como as híbridas, transgênicas etc. Santos (1998) entende que houve uma dominação sobre o espaço para além do componente tecnológico, que se expressa no conceito de meio técnico-científico-informacional. O domínio do meio técnico-científico-informacional permitiu forjar um “território usado” pelo capital e uma segunda natureza “fabricada” de acordo com os interesses corporativos.

A intensificação do uso de produtos químicos na agricultura também provocou prejuízo aos recursos naturais, contaminação dos alimentos, dependência, perda da capacidade de produção dos solos, uniformidade genética e simplificação dos ecossistemas com a redução da biodiversidade a um pequeno número de plantas e animais. Houve ainda a contaminação das águas, solapamento de conhecimentos e técnicas “tradicionais” de cultivo, intoxicação dos agricultores e outros males sociais, econômicos e ecológicos. Observa-se, no entanto, que as consequências graves para o ambiente e a sociedade não foram resultantes da atividade agrícola em si, mas do modelo de agricultura adotado, que tem como fundo a dominação e a subordinação da natureza aos interesses da acumulação de capital. (Porto-Gonçalves, 2004).

As tecnologias criadas em laboratórios e centros de pesquisa científicos modernos se contrapuseram às tecnologias dos camponeses, estas entendidas como atrasadas e prejudiciais à produção moderna. Por isso, precisavam ser abandonadas em nome da modernidade. Os agricultores, incapazes de

reconhecer os benefícios das novas tecnologias, deveriam receber capacitação e condições financeiras para adquirir tais tecnologias. Autores como Petersen, Dal Soglio, Caporal (2009), apontam que este processo conhecido como “revolução verde” ganhou escala nacional no Brasil em razão da participação ativa de universidades e centros de pesquisa que atuaram como forças produtivas do capital.

Os camponeses, mesmo quando detentores de um meio de produção – a terra, não detiveram o controle do processo produtivo, que passou a ser exercido por empresas capitalistas nacionais e transnacionais voltadas para mercados globalizados. Os saberes dos camponeses acumulados secularmente foram considerados por empresas, técnicos e científicos como atrasados, primitivos e inúteis para a agricultura industrial. (Caporal, Costabeber, 2004).

Porém, a modernização técnica da agricultura foi desigual e contraditória porquê de um lado houve a dominação e integração ao complexo agroindustrial e, de outro, a manutenção e reprodução de conhecimentos, práticas e saberes do passado, mantidos até os dias atuais. Altieri (2004) reconhece esta contradição no campo como parte explicativa do processo de resistência dos saberes camponeses em meio a hegemonia da revolução verde, motivada em parte pelo alto custo do pacote tecnológico. Não são poucas as iniciativas de camponeses para a manutenção e recuperação de práticas produtivas erodidas no processo de modernização da agricultura no contexto de expansão das relações sociais pautadas na produção de mercadorias. (Almeida, 2024). Assim, apesar dessa participação da indústria na produção agrícola, não é possível afirmar que houve a industrialização completa da agricultura, pois está presente no processo produtivo agrícola um conjunto de elementos não industriais com forte dependência da natureza, acumulação rentista e relações de trabalho não-capitalistas.

Acrescenta-se que a produção gestada no contexto da “revolução verde” expressa no conceito/categoria de agronegócio passou a receber fortes críticas e contestação de entidades e setores diversos (acadêmicos, entidades, movimentos sociais, organizações, autoridades políticas, dentre outras). Embora o paradigma da revolução verde tenha se tornado hegemônico, ele não se faz sem resistências e críticas diversas, em razão dos recursos naturais tornarem-se um objeto e a agricultura um negócio dedicado à produção de mercadoria e lucro, pouco úteis à sociedade geral.

Além da crítica e contestação aos modelos destrutivos, esses setores e entidades começaram a desenvolver ações propositivas ao projeto do agronegócio de domínio e comando da natureza, com o surgimento de projetos e ações que visam construir caminhos na contramão da produção capitalista.

Nesse contexto, emergiram as resistências a partir da agroecologia, sendo importante registrar que a promoção da Agroecologia no Brasil não está restrita a um grupo de autores, uma vez que ela é também tributária de um conjunto de experiências que envolvem Estado e sociedade rural, pesquisadores e movimentos sociais populares materializadas, desde a segunda metade da década de 1970, via realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), da formação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e, mais recentemente, Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Um conjunto articulado de iniciativas de experimentação e organização de base voltadas à disseminação de práticas agrícolas de base ecológica e a mobilização coletiva (Schmitt, 2015).

A agroecologia se constitui num paradigma emergente que se contrapõe ao paradigma da revolução verde como parte de um projeto de agricultura de resistência na busca da manutenção de níveis de produção capazes de atender as demandas sociais diversas e conservação dos recursos naturais. Sarandón e

Flores (2014) apontam a emergência do paradigma agroecológico como um novo campo epistemológico que reúne conhecimento de várias áreas da ciência.

Autores diversos, como Altieri (1989), Gliessman (2000), Caporal e Costabeber (2004), Sarandón e Flores (2014), Petersen et al (2017), compreendem a concepção de agroecologia enquanto conhecimento científico a partir do “pluralismo epistemológico” considerando o emprego da perspectiva sistêmica e holística. (Almeida, 2023). Segundo esses autores, a perspectiva sistêmica possibilita a apreensão de dinâmicas econômico-ecológicas da agricultura, superando as limitações do paradigma mecanicista que fundamenta os padrões dominantes de relação entre a agricultura e a natureza. Entendem ainda que a agroecologia se realiza numa base sistêmica: o agroecossistema, ou seja, o agroecossistema como unidade básica de realização da produção e a agroecologia como conhecimento científico no manejo de tais agroecossistemas.

Entretanto, embora críticos ao paradigma mecanicista na agroecologia, tais autores pressupõem o método sistêmico e holístico como arcabouço teórico, o que aproxima o movimento de apreensão e interpretação da realidade a um sistema harmônico, ou seja, um todo formado a partir de diferentes partes que devem interagir horizontalmente para formar sinergias. Considerando que vivemos numa sociedade cingida em classes, enfatizamos a crítica de que é preciso atentar-se à perspectiva de totalidade e sua lógica contraditória e desigual para pensar a realidade agroecológica, o que se constitui em instrumental analítico mais adequado para a interpretação do real do que a visão sistêmica e holística.

Hegemonizada pelo enfoque sustentável, a agroecologia é parte da consciência política, soberania dos camponeses e estratégia de luta e enfrentamento ao modelo hegemônico de agricultura expresso no agronegócio que faz dos recursos naturais uma mercadoria. Assim, o “projeto agroecológico”

se inscreve na construção de uma sociedade igualitária, solidária, em que o objetivo geral é a emancipação humana e não a subordinação ao lucro.

Apesar da preocupação ambiental que caracteriza a agroecologia, ela não está limitada a essa dimensão, como sendo apenas um sinônimo da não utilização de agrotóxicos e produtos químicos no processo produtivo. A agricultura de base ecológica possui dimensões diversas e mais amplas do que a preocupação ambiental, uma vez que perpassa pelas mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas de emancipação dos agricultores e da sociedade. (Sevilla-Guzmán, Molina, 2014; Almeida, 2023).

Segundo Caporal e Costabeber (2004), está implícita também na concepção da agroecologia a libertação do trabalho a partir da libertação do corpo, da penosidade e da violência a que ele está submetido na produção de agronegócio, por exemplo. Para além da dimensão ecológica, um produto agrícola derivado dos conhecimentos da agroecologia não será elaborado à custa da exploração do trabalho e degradação do outro, no caso, do agricultor. A agroecologia pressupõe o trabalho não pautado por relações alienantes que se desdobram no trabalho estranhado, mas considerando uma resignificação no sentido de negação da exploração, subordinação e dominação de monopólios “agroindustriais” do setor de alimentos, como as empresas “integradoras” da agricultura com a indústria.

A agroecologia tem como princípio também um conteúdo libertário, emancipador e negador da subordinação e imposições de sistemas opressores e alienantes resultantes da separação entre capital e trabalho. O antagonismo de classe entre trabalhador e proprietário dos meios de produção deve ir se diluindo a partir da agroecologia, numa fusão entre o trabalhador e o proprietário. Portanto, está implícito na agroecologia, maior autonomia do trabalhador sobre a organização, ritmo e tempo de trabalho e produção; o camponês tem maior possibilidade de escolher o momento de descanso, alimentação e lazer, por exemplo.

## AGROECOLOGIA: TRABALHO E NATUREZA

A partir de Napoleoni (1991) é possível apreender que a escola clássica da economia surgida no século XVIII, a partir de estudos de Smith, Ricardo e Marx, formulou o conceito teórico de valor a partir do trabalho. Esses autores teorizaram sobre o valor a partir do trabalho como motor no processo de produção e distribuição de riqueza.

Ainda que a agroecologia esteja vinculada à força do trabalho<sup>5</sup>, que desempenha papel importante no processo produtivo, é necessário pensar sobre o lugar da força da natureza nesse processo, ou seja, é necessário pensar a agroecologia a partir da força da natureza que realiza seu “labor”. Embora os saberes e o trabalho dos camponeses sejam importantes na produção orgânica, a natureza ocupa centralidade porque é capaz de agregar valor aos “produtos da agroecologia”.

Segundo Fabrini (2018), a natureza se constitui como nexos fundante do valor na agroecologia. Mas o protagonismo da natureza na teoria do valor na agroecologia não significa escamotear a força do trabalho, ou seja, valor-trabalho, pois se tratando de agricultura (ecológica) está implícito nessa atividade o fator trabalho de produção. Nesse sentido, na agroecologia, a centralidade da natureza é compartilhada com a centralidade do trabalho.

Na agroecologia os agroecossistemas, embora apresentem um componente de trabalho, funcionam a partir do “capital natural”<sup>6</sup>, em que o valor é formado a partir de bens naturais e da força natureza. Assim, sem descartar o trabalho na formação do valor, o agroecossistema é formado por um “capital

---

<sup>5</sup> *Força do trabalho* não significa somente *força de trabalho*, pois enquanto essa se constitui em mercadoria (valor de troca) comercializada no mercado capitalista, aquela possui um conteúdo ontológico diferente no sentido transformação da natureza em bens úteis para as pessoas (valor de uso).

<sup>6</sup> Conforme assevera Petersen et al (2017), a partir do arcabouço teórico de P. Bourdieu (1985), é preciso considerar que existem outros capitais (social, econômico, cultural, simbólico e natural), para tanto, é necessário alargar a visão clássica da economia política de Marx no tocante a concepção de capital como aquele exclusivamente derivado da mais-valia. (p. 49).

natural” representado por elementos naturais como solo, água, cobertura vegetal viva e morta, cercas vivas, árvores multifuncionais, adubos verdes, dentre outras. Em Ploeg (2009), a observação acerca deste diferencial - que representa o “capital natural” na economia camponesa, aparece sobre a denominação de capital ecológico, natureza viva. Neste sentido, o autor pondera que quanto maior for o acesso da agricultura camponesa ao capital ecológico maior será sua autossuficiência e resistência.

A agricultura capitalista é feita a partir da intervenção do trabalho, mesmo considerando a “especificidade” da renda da terra (absoluta e diferencial), como já demonstrou Marx (2008), é preciso considerar a majoração do preço da terra como fruto da mais-valia, no caso mais-valia social e, conseqüentemente, derivada do trabalho. No caso da agroecologia, a renda é derivada também da força da natureza, elemento fundante que participa ativamente do processo produtivo, pois a natureza não é apenas um recurso natural, um objeto passivo usado de acordo com a capacidade técnica e científica da sociedade.

62

Na agricultura de negócio (agronegócio) a produção é intrinsecamente dependente do trabalho que se expressa nos conhecimentos científicos, técnicos e informacionais (máquinas, fertilizantes, herbicidas etc.) sob o domínio e comando dos capitalistas. Na agroecologia se pressupõe uma agricultura menos dependente de insumos produzidos pelo trabalho, sendo mais dependente da natureza e sua dinâmica do que das técnicas e conhecimentos produzidos pelo trabalho. Existe na agroecologia centralidade no fator de produção terra-natureza, e não terra-mercadoria como equivalente de capital e, conseqüentemente, produto do trabalho. Na agroecologia a terra não é equivalente de capital; a terra é natureza. (Fabrini, 2018; Almeida, 2024).

Observa-se ainda, como princípio fundante da agroecologia, a importância do tempo da natureza, ou seja, a produção deve obedecer essencialmente ao tempo da natureza e não o tempo da técnica. Ergue-se uma lógica produtiva em

que o tempo da natureza é fundante no processo produtivo, diferentemente da produção capitalista do agronegócio, por exemplo, em que o tempo de produção é controlado e dominado pelas técnicas e conhecimentos científicos que instrumentalizam e subjagam a natureza a serviço da acumulação de capital. Portanto, a não observância deste princípio agroecológico pode gerar contradições estruturais. (Fabrini, 2018; Almeida, 2024).

Segundo Santos (1998), no capitalismo as técnicas e conhecimentos científicos servem para superar o tempo de produção da natureza. Sob comando do capital industrial, ou rentista, ocorre uma aceleração do tempo da natureza, ou seja, o “tempo natural” é substituído pelo “tempo social” da técnica, indústria e trabalho. O melhoramento genético industrial é um exemplo desse domínio do tempo de produção a partir das técnicas e conhecimentos biotecnológicos.

Assim, segundo Fabrini (2018), a agroecologia se contrapõe ao pensamento dominante de que o desenvolvimento ocorre a partir de tecnologias e da aceleração do tempo. Essa compreensão do império da técnica caracterizou a crítica da economia política e o pensamento marxista, inclusive. Nesse sentido, a agroecologia não está limitada à teorização do valor a partir do trabalho, característica do pensamento marxista, pois na agroecologia o valor é agregado aos produtos pela natureza e não somente pelo trabalho.

Em função de ser mais dependente do tempo da natureza, do que do trabalho, existe uma dificuldade para a produção de base agroecológica ser “massiva”, inclusive em escala nacional e internacional, como propõem muitos movimentos camponeses, como a Via Campesina, estudiosos, entidades, autoridades governamentais, dentre outros. O tempo da natureza coloca dificuldade para essa produção em escala. Para que haja produção agroecológica em escala e “massiva” há que se domar, instrumentalizar e usar a natureza como faz o agronegócio e não a ter como “parceira”, como pressupõe a agroecologia crítica (Fabrini, 2018).

Segundo o referido autor, a dependência da força da natureza compromete também o projeto de popularização da produção de base agroecológica, como defendem alguns movimentos camponeses. Dependendo do tempo, da lógica e da força da natureza, limita-se a possibilidade de a produção de base agroecológica atender a demanda da sociedade de consumo. Significa afirmar que a agroecologia não é capaz de alimentar o ímpeto consumista do modo de produção capitalista. Nesse sentido, qual seja, do consumismo, o agronegócio atende melhor a sociedade capitalista do que a agroecologia, que, aliás, vai na contramão da sociedade de consumo.

Para que a produção agroecológica possa atender a demanda social será necessária uma mudança estrutural e revolucionária no padrão de consumo da sociedade, ou seja, será necessário o rompimento da lógica consumista da sociedade capitalista. Essa mudança estrutural não se dará à parte (ou antes) do desenvolvimento agroecológico, ou seja, a mudança no padrão de consumo ocorre no mesmo compasso do desenvolvimento da agroecologia (Fabrini, 2018).

Pesquisa como de Heimbach e Almeida (2022) corroboram no entendimento de que a produção de base agroecológica está voltada para um público seletivo, não necessariamente elitizado do ponto de vista econômico, mas distinto porque consome/produz alimentos agroecológicos em função de um conjunto de motivos, dentre os quais se destaca a preocupação com a saúde, o meio ambiente e a necessidade de romper a lógica consumista e destrutiva do capital. Por isso, a agroecologia, embora praticada pelos camponeses e defendida pelos movimentos sociais populares, não é popular, e o caminho para se tornar popular é longo, pois está relacionado às transformações estruturais no padrão de consumo da sociedade. Paradoxalmente, popular é o agronegócio, que consegue atender, mesmo que parcialmente, a demanda da população com produtos de baixa qualidade e envenenados, estimulando e reproduzindo o

padrão consumista que caracteriza a sociedade sob o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, há que se questionar a concepção dos movimentos camponeses que defendem a produção de base agroecológica como parte da soberania alimentar nacional, ou seja, uma agroecologia capaz de abastecer as demandas consumistas de uma nação. A “pátria livre” e soberana, do ponto de vista da produção de alimentos agroecológicos (soberania alimentar), somente existirá se o seu povo quebrar a lógica consumista da sociedade capitalista e do agronegócio. Procurar demonstrar a competência produtiva da agroecologia em escala nacional e internacional, como defendem movimentos sociais, militantes, estudiosos, entidades, autoridades governamentais, dentre outros, é entrar no “jogo” do adversário, ou seja, do agro consumismo. Manipulação ideológica advertida por Marx quando afirma:

O objeto de arte – como qualquer outro produto – cria um público capaz de apreciar a arte e de sentir prazer com a beleza. A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. (Marx, 2008, p. 41)

---

65

É preciso reafirmar o conteúdo revolucionário das práticas produtivas assentadas no conhecimento da agroecologia como negador da lógica capitalista de consumo que dá sentido à circulação da produção necessária para a realização da mais-valia, pilar da acumulação de capital. Bem por isso, a agroecologia deve ser parte de um projeto radical e negador das estruturas que sustentam o capitalismo, a exemplo do consumismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premissa é que existe um sentido nacional na luta dos movimentos camponeses a partir da perspectiva da terra e soberania alimentar. A dimensão nacional é visualizada pelos movimentos como portadora de virtude, pois se

constitui num caminho para alcançar autonomia, liberdade, independência, enfim, soberania.

A soberania alimentar almejada pelos movimentos camponeses possui um conteúdo nacional porque considera que a produção de alimentos deve ser política de Estado e ação de legitimidade dos camponeses, a única classe capaz de garantir essa produção. A autossuficiência alimentar nacional e, conseqüentemente, a soberania serão alcançadas a partir da produção camponesa, pois o agronegócio, guiado pelos lucros e rendas, não será capaz de atender às demandas e garantir a soberania da nação.

Na concepção dos movimentos camponeses a soberania alimentar se comunica com a agroecologia, que se contrapõe à produção capitalista expressa na revolução verde e domínio da técnica sobre a natureza. A natureza é concebida pelo agronegócio como um objeto a ser apropriado, dominado, domado para atender a necessidade de acumulação de capital e a agroecologia se constitui como contraponto a essa concepção.

A produção de base agroecológica depende da força da natureza e não apenas da forma de trabalho, como compreendida pela crítica da economia política. Portanto, a produção a partir de conhecimentos da agroecologia possui um componente derivado da força da natureza. A natureza é capaz de agregar valor aos produtos, de gerar renda a partir da parcimônia, o que nos leva a compreender que a natureza terá dificuldade de atender e responder às demandas do mercado nacional, inclusive de alimentos, no contexto de uma sociedade voraz. Situação que aponta uma contradição radical da agroecologia, qual seja, o necessário tensionamento do pilar da acumulação capitalista, o consumismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. A. de. **Da hegemonia do agronegócio eucalipto-celulose às estratégias de fortalecimento da agricultura familiar camponesa: subordinação e resistências agroecológicas no bolsão sul-mato-grossense.** Três Lagoas, 2024. 25 f. Projeto de Pesquisa (Bolsa PQ – Fundect/CNPq TO 167/2024) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2024.
- ALMEIDA, R. A. de. A agroecologia da classe camponesa. In: ALMEIDA, R. A. de NARDOQUE, S. (Orgs.). **Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista** [recurso eletrônico]: subordinação e resistências. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2023. p. 195-223.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BRASIL. IBGE. **Censo agropecuário 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.** Edição Caio Galvão de França et al. Brasília, DF: IBGE, 2010. 1 Cartilha (PDF 6,83 MB). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf>. Acesso em: 16 de jan. 2025.
- BOGO, A.; OLIVEIRA, W. C. **Hino do Movimento Sem-Terra.** In: MST. As músicas do MST. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1996.
- CAPORAL F. R e COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CONTAG. **Anuário estatístico da agricultura familiar.** Brasília: CONTAG. 2022.
- ENGELS, F. **Dialéctica de La Naturaleza.** México: Editorial Grijalbo. 1961.
- FABRINI, J E. A agroecologia e a teoria do valor-trabalho. 2018. **Pegada** - Revista Da Geografia Do Trabalho, 19(2) 2018. <https://doi.org/10.33026/peg.v19i2.5803>. Acesso em: 30 de mar. de 2026.
- FOSTER, J.B. A Ecologia da Economia Política de Marx. 2011. **O Comuneiro.** Revista Electrónica n. 16 – março de 2013. Disponível em: [http://www.ocomuneiro.com/nr16\\_02\\_johnbellamyfoster.html](http://www.ocomuneiro.com/nr16_02_johnbellamyfoster.html). Acesso em: 30 de mar. de 2026.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

GRAZIANO, X. **É simples explicar por que o Brasil planta muita soja**. 2025. <https://www.poder360.com.br/opinia0/e-simples-explicar-por-que-o-brasil-planta-muita-soja/>. Acesso em: 16 de jan. de 2025.

HEIMBACH, S. da S., ALMEIDA, R. A. de. **Geografia e Agroecologia: a espacialização do consumo agroecológico em Três Lagoas/MS no período pandêmico. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 17, n. 47, p. 130-154, Out., 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66509> Acesso em: 31 de mar. de 2026. MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4a. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MST. (2009). **Nossas bandeiras: soberania nacional e popular**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7709>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília; Embrapa. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). Disponível em: [www.fao.org/brasil/pt/](http://www.fao.org/brasil/pt/). Acesso em: 29 de mar. de 2026.

PAULINO, E. T., ALMEIDA, R. A. de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PETERSEN, P., DAL SOGLIO, F. K., CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2011/05/N%C3%-BAmerno-especial.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

PETERSEN, P. et al. **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia e AS-PTA, 2017.

PLOEG, J. D. V. Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-31.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604> Acesso em: 30 de mar. de 2026.

OLIVEIRA, A.U. de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1991.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur. 2007.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARANDÓN, S.J., FLORES, C.C. **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SEVILLA-GUZMÁN, E., MOLINA, M. G. de. **El Concepto de Transición en el Pensamiento Marxista**: reflexiones desde la agroecologia. 2014. Disponível em: <https://kmarx.wordpress.com/2014/08/27/el-concepto-de-transicion-en-el-pensamiento-marxista/> Acesso em: 30 de mar. de 2026.

SILVA, J.G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp. 1996.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural. V 1. 1996.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição Agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VALÉRIO, V. J. de O. **Agonia da comida**: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútis no estado de São Paulo (2006-2017). 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), [s.l.], 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191268>. Acesso em: 31 de marc. 2026.

VIA CAMPESINA. Disponível em: [www.viacampesina.org/en/](http://www.viacampesina.org/en/). Acesso em: 29 de mar. de 2026.

Submetido em: 19 de janeiro de 2025.

Aceito em: 06 de abril de 2026.

Publicado em: 14 de abril de 2026.